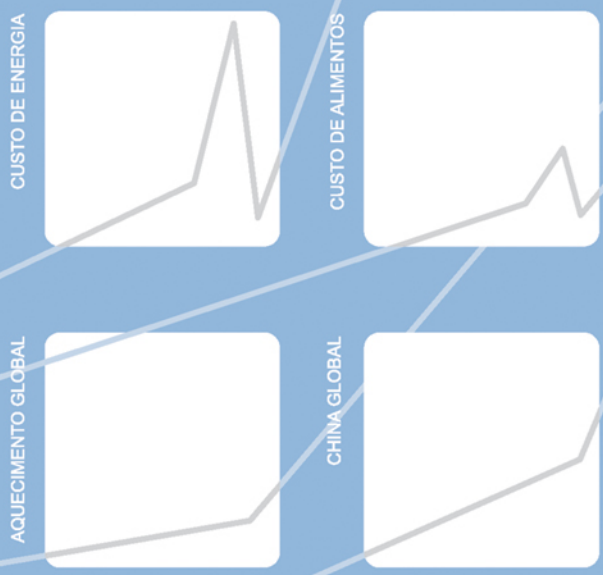
DESAFIOS EMERGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenadores
José Manuel Viegas
Tomaz Ponce Dentinho



PRINCIPIA

Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor; reprodução proibida.
Sem o prévio consentimento escrito do editor, é totalmente proibida a reprodução e transmissão desta obra (total ou parcialmente) por todos e quaisquer meios (electrónicos ou mecânicos, transmissão de dados, gravação ou fotocópia), quaisquer que sejam os destinatários ou autores (pessoas singulares ou colectivas), os motivos e os objectivos (incluindo escolares, científicos, académicos ou culturais), à excepção de excertos para divulgação e a citação científica, sendo igualmente interdito o arquivamento em qualquer sistema ou banco de dados.

Título
Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional

Coordenação
José Manuel Viegas, Tomaz Ponce Dentinho

Tradução
Ana Rodrigues (Capítulo 5), Elisabete Martins (Capítulo 10), Fabíola Gil (Capítulo 11)

Edição e *copyright*
Princípia, Cascais
1.ª edição – Setembro de 2010
© Princípia Editora, Lda.

***Design* da capa** Maia Moura Design • **Execução Gráfica** Guide Artes Gráficas, Lda.

ISBN 978-989-716-027-1 • **Depósito Legal** 315226/10

Princípia
Rua Vasco da Gama, 60-C – 2775-297 Parede – Portugal
Tel. +351 214 678 710 • Fax +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

José Manuel Viegas
Tomaz Ponce Dentinho
(coordenação)

Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional

PRINCIPIA

1. INTRODUÇÃO

José Manuel Viegas
Tomaz Ponce Dentinho

Enquadramento

O objectivo deste livro é explicitar e equacionar desafios emergentes para a problemática do desenvolvimento regional em Portugal e no Mundo. Para isso foram convidados cientistas portugueses, brasileiros e espanhóis, provenientes de domínios científicos que se complementam nas questões regionais – como a economia, a engenharia, a gestão, o ambiente e o planeamento –, que exercem a sua actividade em universidades portuguesas, brasileiras, espanholas e norte-americanas e que, de acordo com os editores do livro, fossem capazes de perspectivar os efeitos no desenvolvimento regional dos fenómenos ambientais, tecnológicos, económicos e institucionais mais relevantes da actualidade de forma que fosse possível entender os desafios emergentes para o desenvolvimento regional e confrontá-los com as propostas de política.

Não tendo sido dadas aos autores indicações precisas sobre os desafios emergentes nas áreas de cada um decorrentes dos fenómenos da globalização, da crise financeira, das alterações climáticas e das mudanças energéticas, nem sobre o número de páginas de que dispunham, o resultado é um livro com um conjunto de capítulos bastante equilibrado e complementar, sendo a diferente dimensão o resultado, fundamentalmente, de diferentes abordagens metodológicas que naturalmente se revelam na linguagem de exposição e na extensão escrita da mesma.

Pensamos que a leitura do livro constitui um exercício interessante. Primeiro, para procurarmos as relações de causalidade entre as diferentes escalas do tempo e do espaço. Depois, para explicitarmos e tentarmos reflectir sobre eventuais lacunas e inconsistências entre as análises dos diversos autores. Finalmente, para procurarmos propor novas ideias e novas políticas, que outras experiências e literaturas ajudam a criar. Por isso, o livro pode suscitar diversas conclusões, tantas quantas os leitores queiram gerar, complementando ou criticando aquela que propomos mais à frente.

A organização dos textos recebidos foi feita partindo do esquema normalmente utilizado para representar as relações entre a economia e o território (forças motoras, pressões no território, estado do território, impactos e respostas). No entanto acabámos por criar um enquadramento com três blocos correspondentes às três partes do livro. A Primeira Parte integra as Forças Motoras e as Pressões com cinco capítulos: 2 – Globalização e os Padrões de Desenvolvimento Regional; 3 – Mudanças Climáticas e o Futuro das Regiões; 4 – Crise Económica e Relocalização de Actividades: Que sabemos dos Processos de Deslocalização; 5 – Mudança do Paradigma Energético e Desenvolvimento Regional; e 6 – Contributos da Sociedade da Informação para o Desenvolvimento Regional e Local. A Segunda Parte inclui a Análise da Situação da Economia e do Território e os Impactos das Forças Motoras e Pressões com seis capítulos: 7 – Crise Alimentar e o seu Impacto nos Países Menos Desenvolvidos; 8 – Aspectos Espaciais do Investimento Estrangeiro; 9 – Migrações, Desigualdades e Integração: Uma Breve Análise do Caso Português; 10 – Uso do Solo numa Era de Mudanças Globais: Uma Perspectiva Económica; 11 – Estrutura de Investimento e de Desenvolvimento Regional em Portugal: O processo de Auto-Estradas SCUT; 12 – Desafios Emergentes da Aviação Civil e o Desenvolvimento Regional Insular: Novas Tendências e Novos Desafios; 13 – Modelação do Mercado da Habitação; e 14 – Efeitos Inter-Regionais de Natureza Pecuária: Que Importância em Portugal?; 15 – Coesão Territorial e Diversidade: Mudança Emergentes; 16 – Processo de Regionalização – Uma Análise do Ponto de Vista das Finanças Públicas; e 17 – Que mudanças na Política de Coesão para o Horizonte 2020?

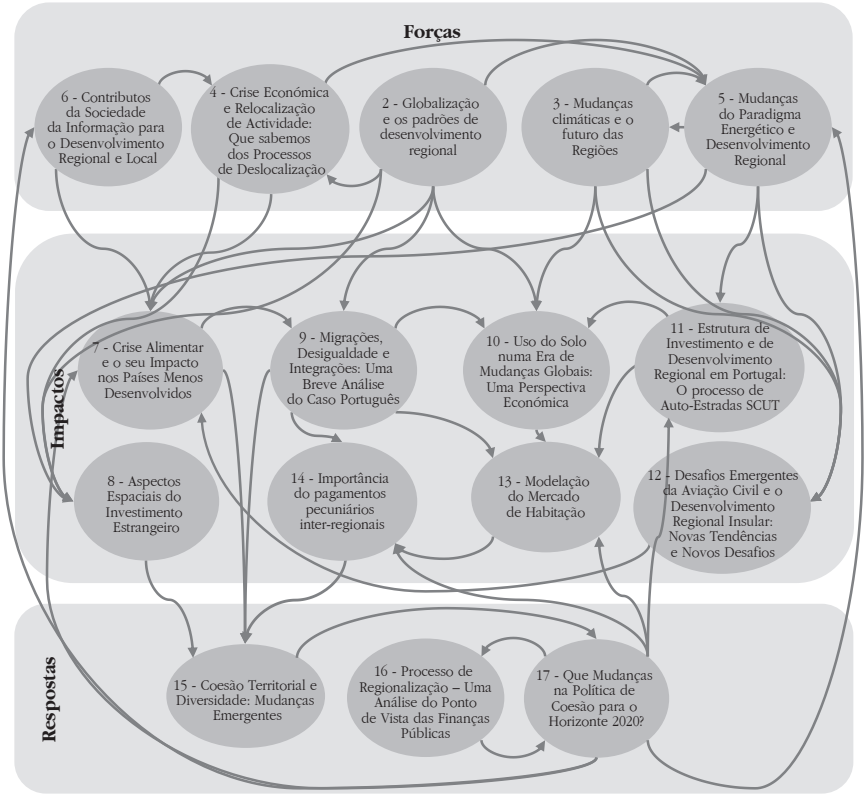
A figura 1 representa a estrutura dos capítulos mas também explicita uma visão *a priori* das relações entre eles. A intenção é enquadrar a leitura dos mesmos e sugerir uma metodologia que apoie o desenho das conclusões dos editores e as ilações dos leitores.

A globalização, consubstanciada na emergência de grandes economias como a da China e da Índia, é um fenómeno indesmentível que influencia a dinâmica dos paradigmas energéticos, pela pressão da procura sobre os combus-

tíveis fósseis, e está necessariamente interligada à crise económica e financeira. Por outro lado a crise financeira foi de certa forma estimulada pela regulação desadequada dos mercados financeiros em face da dinâmica que adquiriram com o desenvolvimento da sociedade da informação e com a redução das barreiras à movimentação dos capitais. Finalmente a alteração do paradigma energético é inseparável da questão das mudanças climáticas.

Todas as forças e pressões parecem impactar no estado da economia e do território. Seja pela alteração dos fluxos de capital, de trabalho e monetários, seja pelas modificações nos espaços construídos e ambientais visíveis no uso do solo, nas construções e nas infra-estruturas, seja ainda pelos efeitos nos mercados alimentares e na redefinição das topologias dos transportes. Todas essas influências acabam por se repercutir na coesão territorial, montra dos desafios emergentes para o desenvolvimento regional.

Figura 1. Forças, impactos, respostas e desafios emergentes para o desenvolvimento regional



São esses desafios que estimulam o desenho de políticas que se confrontam com as disponibilidades de meios e se traduzem em medidas que influenciam os paradigmas energéticos e a sociedade da informação, que intervêm nas infra-estruturas, nos mercados de habitação, na distribuição do investimento e nas transferências inter-regionais. É verdade que muitos aspectos sobre os desafios emergentes para o desenvolvimento regional poderão ter ficado de fora e é também patente que existe uma temporalidade diferente nos textos apresentados, com a Primeira Parte evidenciando a premência dos desafios e pensamentos, porventura fugazes, da actualidade; com uma Segunda Parte que reflecte sobre fenómenos e estudos que permanecem e que por isso mesmo poderiam fazer parte de outros volumes; e com a Terceira Parte que arrisca o anúncio de objectivos e de políticas, que suscita por isso mesmo acordo ou desacordo e fomenta a passagem dos desafios a criações. No entanto estes elementos base acabam por se complementar e é com eles que contamos para fundamentar a reflexão final, identificando assim desafios de reflexão e de política.

APRESENTAÇÃO

A Primeira Parte inclui as forças e pressões associadas a fenómenos externos como a globalização, as mudanças climáticas, a crise financeira, a revolução energética e a sociedade da informação.

O Capítulo 2, da autoria de João Luís César das Neves, tem por objectivo saber se a globalização altera o padrão do desenvolvimento regional. Para abordar essa vasta questão o autor faz a análise da evolução do produto *per capita* de 140 países ao longo dos últimos 55 anos, assumindo que os países são regiões no contexto da economia global. O aspecto mais marcante da última década é o diferencial de crescimento entre as zonas desenvolvidas e as zonas emergentes, com destaque para a China e para a Índia. É igualmente possível verificar que começam a ficar bem para trás um conjunto de regiões/países que, embora residual à escala global, tem uma incidência espacial bem clara na África Subsariana.

O Capítulo 3 é escrito por Carlos Azzoni e Eduardo Haddad e a sua preocupação é estimar o impacto das mudanças climáticas globais na competitividade e desenvolvimento regional, especialmente das regiões do Brasil. Para isso são utilizados cenários climáticos relacionados com os cenários A2 e B2 do estudo do IPCC – Intergovernamental Panel on Climate Change. Cada um desses cenários implica alterações no uso do solo, nas produtividades agríco-

las e na matriz energética do país, com impactos relevantes na distribuição da capacidade hidroeléctrica. Essas alterações são integradas em modelos de equilíbrio geral computável para o Brasil e suas regiões. Os autores prevêem que as mudanças climáticas levarão a uma redução global do PIB em apenas 0,5% mas isso envolverá uma maior concentração da actividade económica nas zonas urbanas, uma redução do bem-estar nas áreas rurais e uma maior pressão sobre as zonas urbanas.

O Capítulo 4, produzido por Francisco Carballo-Cruz, tenta perspectivar os impactos da crise financeira global na relocalização das actividades económicas. Na verdade, a redução da procura que resultou da crise financeira provocou o encerramento de muitas unidades produtivas, a diminuição da actividade de outras, a relocalização para regiões com custos de factores mais baixos e a reestruturação espacial das cadeias de valor. O capítulo termina com a projecção de quais serão os ganhadores e perdedores desta reestruturação, incluindo os efeitos cumulativos de aglomeração que se podem gerar nos próximos anos.

O Capítulo 5 tem como título «Mudança do Paradigma Energético: Implicações para o Desenvolvimento Regional». A ideia de Paulo Ferrão e Carlos Silva é explicitarem as oportunidades para o desenvolvimento regional que podem resultar de uma maior utilização de energias renováveis que vem sendo defendida pela necessidade de promover o desenvolvimento sustentável de todas as regiões do mundo. De acordo com os autores a adopção generalizada de energias renováveis implica a mudança de sistemas de produção e distribuição centralizados para sistemas descentralizados que requerem muita informação sobre a dinâmica da oferta e da procura de energia, que só os agentes locais podem gerir. O texto defende igualmente que o novo sistema energético é caracterizado não só por uma grande penetração de energias renováveis, mas também por uma grande eficiência da procura e da oferta suportada por redes inteligentes de produção e distribuição de energia. No final apontam o exemplo do projecto Green Islands que está a ser desenvolvido como caso piloto nos Açores.

O Capítulo 6 é desenvolvido por José Dias Coelho e procura explicitar as oportunidades para o desenvolvimento regional associadas às tecnologias da informação. Com o título «Contributos da Sociedade da Informação para o Desenvolvimento Regional e Local» o autor começa por constatar a reduzida adopção de sistemas de gestão baseados em tecnologias da informação na administração pública local. O texto aponta desafios que urge abordar: a iliteracia digital, a difusão da experiência da administração pública central e a evolução da adopção de tecnologias da informação para maior produtividade da administração.

O capítulo termina com a necessidade de reforçar o investimento na sociedade da informação, explicitando projectos relevantes para o poder local: democracia electrónica, capacitação dos munícipes, melhoria dos processos administrativos e do contacto com os agentes externos, dignificação do correio electrónico e estabelecimento de cooperação intermunicipal.

A Segunda Parte perspectiva os impactos das forças motoras e das pressões na economia e no território através de sete capítulos que abordam as dinâmicas do capital, do trabalho, da terra, das infra-estruturas, das habitações e das transferências pecuniárias terminando com uma análise da coesão territorial pré-anunciadora das respostas e propostas de política.

No Capítulo 7, Ana Maria Fuertes analisa as razões que estiveram por detrás da crise alimentar de 2008 e, de acordo com as reflexões da autora e da revisão que faz da literatura sobre o tema, se podem repetir no futuro próximo, pois não são apenas factores de curto prazo que provocaram a crise alimentar mas que há também factores persistentes. As causas subjacentes incluem mudanças na procura, a rigidez dos mercados agrícolas e a debilidade dos seus equilíbrios. O estudo analisa igualmente o impacto da crise alimentar no aumento da pobreza. O artigo conclui com recomendações de política económica que envolvem a protecção social, a reforma das políticas energéticas que criam impostos nos alimentos, a eliminação das barreiras ao comércio de bens alimentares e a estabilização dos preços da energia, entre outros.

O Capítulo 8 – «Aspectos Espaciais do Investimento Directo Estrangeiro» – é da autoria de José Pedro Pontes. Através de um modelo analítico com duas regiões o trabalho estuda a importância dos factores de localização do investimento inter-regional, nomeadamente os custos de transporte e os custos de capital. Para isso compara a viabilidade relativa de três estratégias alternativas: i) a criação de uma única unidade numa região e a exportação de produto para a outra; ii) a criação de unidades produtivas em ambas as regiões; ou iii) a segmentação do processo produtivo localizando em cada região a parte que é mais utilizadora do factor relativamente abundante, ou a produção do bem intermédio no país de origem, porque envolve elevadas economias de escala, e a do produto final junto dos mercados. O capítulo demonstra que a fronteira entre estas três alternativas não é monotónica pelo que não é possível afirmar que os fluxos de investimento sejam complementares ou sucedâneos dos fluxos comerciais. Os fluxos de investimento só ocorrem quando há custos de transporte medianos; quando são baixos vale a pena exportar produtos a partir de uma única unidade; quando são altos não há fluxos de investimento nem de produtos.

O Capítulo 9, da autoria de Nuno Martins, aborda o tema das migrações, integrações e identidade cultural. O capítulo refere as causas do fenómeno migratório partindo de uma análise de mudança estrutural nas economias das regiões e países e tendo como enquadramento o comércio internacional. Depois, com base em indicadores de educação, de qualificação no trabalho, de capacidade empresarial e liderança, analisa a integração dos vários grupos de imigrantes em Portugal. O autor conclui que para haver uma melhor integração das comunidades imigrantes, é necessária não só a existência de capital humano, e o reconhecimento desse capital humano, através por exemplo da certificação das qualificações da população imigrante em Portugal, como também a existência de capital social, que se constrói ao nível das comunidades locais.

O Capítulo 10, elaborado por José Lima Santos, aborda um conjunto de questões enquadradas pelo título "Uso do Solo numa Era de Mudanças Globais: Uma Perspectiva Económica": Primeiro constata a alteração muito rápida dos objectivos e políticas em face do uso do solo e dos conflitos ou valores relativos que estão subjacentes aos diferentes usos e, em consonância, aborda a questão se será possível retribuir os bens e serviços do ambiente providos por diferentes usos do solo. Finalmente levanta o problema das escalas temporais e espaciais da Governância sobre a provisão de bens e serviços gerados pelo território. É desta forma um capítulo que questiona a volatilidade das políticas que têm forte impacto no território e nos bens e serviços por ele gerados.

O Capítulo 11, de Alfredo Pereira e Jorge Andraz, aborda as relações entre infra-estruturas rodoviárias e desenvolvimento regional em Portugal com especial ênfase no impacto das novas auto-estradas sem portagem. Utilizam modelos VAR da economia portuguesa e de cada uma das cinco regiões do Continente para estimar os efeitos na economia de cada região que resultam da construção de infra-estruturas rodoviárias na própria região e nas outras e perspectivam que as novas estradas aumentam o investimento privado, criam empregos permanentes e promovem o crescimento de longo prazo em todas as regiões. Todavia os resultados também demonstram que Lisboa é a região que mais beneficia embora não haja criação de novas estradas nessa região pelo que essas estradas acabam por agravar as assimetrias existentes.

No Capítulo 12, escrito por António Gomes de Menezes, abordam-se os desafios emergentes da aviação civil e o desenvolvimento regional insular. Descrevem-se as macrotendências do sector da aviação civil com a redefinição dos mercados e das concorrências, as potencialidades das novas tecnologias de transporte e de informação, e as restrições relacionadas com o custo de energia

e com a taxação das emissões de gases de efeito estufa. Depois derivam-se possíveis implicações destas oportunidades e ameaças no desenvolvimento regional insular, designadamente para os Açores e para a Madeira.

O Capítulo 13, produzido por João Lourenço Marques e Eduardo Anselmo Castro, trata dos mercados urbanos de habitação assumindo a importância que têm tanto como sector relevante das economias desenvolvidas como elemento fundamental das economias dos agregados familiares. Constatam igualmente que o mercado de habitação é muito complexo e cheio de incertezas, o que requer uma especial atenção às especificidades das transformações da estrutura urbana e das dinâmicas populacionais. Os autores terminam o capítulo sugerindo alguns desafios para a ciência regional que resultam da complexidade dos importantes mercados da habitação designadamente: modelação espaço-temporais; integração de modelos gravitacionais com modelos estocásticos; modelos que liguem o mercado habitacional às dinâmicas da economia, da demografia e da cultura.

O Capítulo 14, de Pedro Ramos, tem como título «Efeitos Inter-Regionais de Natureza Pecuniária: Que Importância em Portugal?». O texto examina a importância dos efeitos inter-regionais pecuniários em Portugal, recorrendo a indicadores indirectos. O capítulo conclui que existem sinais de as regiões mais ricas em Portugal, nomeadamente Lisboa, poderem estar a ser financiadas mediante movimentos de capitais provenientes de outras regiões mais pobres. Estes movimentos podem assim vir a aumentar ainda mais as disparidades entre regiões no que respeita ao potencial produtivo.

A Terceira Parte refere-se às Respostas e inclui três capítulos de política: 15 – Coesão Territorial e Diversidade: Mudanças Emergentes; 16 – Processo de Regionalização – Uma Análise do Ponto de Vista das Finanças Públicas, e 17 – Que Mudanças na Política de Coesão para o Horizonte 2020?

O Capítulo 15 é sobre coesão territorial e diversidade. As autoras, Isabel Ramos e Teresa Pinto Correia, partem das propostas do Livro Verde sobre Coesão Territorial na Europa no sentido de evitar a excessiva concentração espacial da actividade económica e de integrar territórios centrais e periféricos, e constatam a necessidade de novos instrumentos de análise e de política que assumam a interdisciplinaridade, a participação, a integração de políticas e, sobretudo, uma melhor utilização dos instrumentos existentes.

O Capítulo 16, da autoria de José da Silva Costa, intitula-se «Processo de Regionalização – Uma Análise do Ponto de Vista das Finanças Públicas». O autor apresenta o argumento que apesar da regionalização ser objecto de alguma desconfiança pelas implicações que pode ter no controlo e na dimensão dos gastos

públicos também há evidência empírica de que, com a adequada descentralização fiscal e com a descentralização da despesa pública, se pode induzir maior eficiência económica e colmatar problemas de equidade territorial.

O Capítulo 17, com o título «Que Mudanças na Política de Coesão para o Horizonte de 2020?», é escrito por Rui Baleiras e sugere um conjunto de alterações fundamentadas às políticas de coesão. Concretamente, propõe uma gestão mais concertada de políticas preexistentes: perfis temporais de transição regional entre objectivos, coordenação entre políticas com impacto territorial significativo, diálogo estratégico entre instituições nacionais e comunitárias, orientação para os resultados dos instrumentos de programação e dos sistemas de monitorização, regras de elegibilidade territorial, prémios à eficiência na gestão de fundos estruturais, simplificação dos procedimentos administrativos e vertentes transfronteiriça, transnacional e inter-regional da cooperação territorial europeia.

O Capítulo 1 e o Capítulo 18 enquadram respectivamente a apresentação dos textos e propõem uma das muitas sínteses e conclusões que a leitura dos mesmos pode sugerir.

2. GLOBALIZAÇÃO E OS PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

João César das Neves

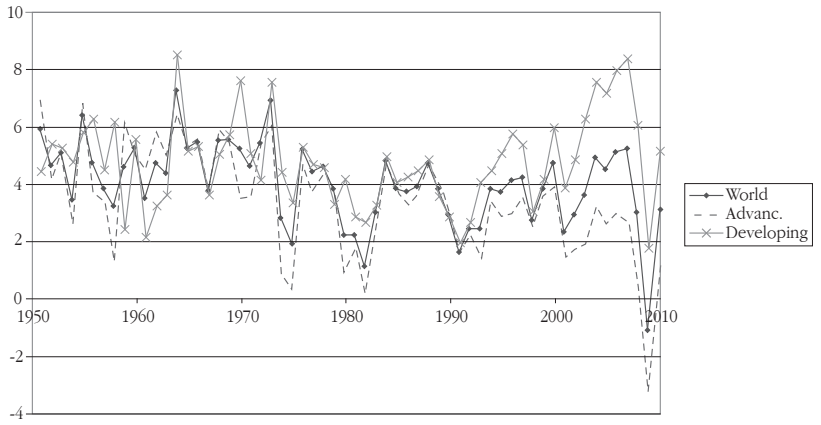
1. Caracterização da globalização

O elemento determinante do comportamento económico mundial das últimas décadas é normalmente referido pelo termo «globalização». Segundo a opinião corrente, o mundo encontra-se indiscutivelmente em processo de globalização. Mas o que significa exactamente esse processo? Como se pode caracterizar o magno fenómeno da globalização?

As respostas mais evidentes, apesar de comuns, mostram-se em larga medida falsas. Primeiro é evidente que não se trata daquilo que a própria palavra significa. A economia planetária está longe de estar completamente integrada e interdependente, e largas regiões e sectores mantêm-se alheios às principais dinâmicas do momento. Por outro lado, não se pode definir a dinâmica através do aprofundamento da abertura económica ou da generalização do crescimento, porque isso são fenómenos que existem há séculos. Se já tivemos várias globalizações, o que se passa então hoje? O que é há de novo nas últimas décadas que tenha tornado esse termo generalizado?

Certamente que, dado o carácter da expressão e a vastidão que inclui, esta pergunta tem múltiplas possibilidades de resposta. Mas uma das mais simples e directas pode ser obtida por inspecção directa da figura 1.

Figura 1. Crescimento do produto mundial e grandes zonas



Fonte: 1950-1980: Maddison ob. Cit., 1980-2009, IMF World Economic Outlook.

O gráfico apresenta a série harmonizada da taxa de crescimento anual do produto total mundial, a par das duas grandes regiões segundo a classificação do Fundo Monetário Internacional, as «economias avançadas» *(advanced economies)* e em desenvolvimento *(emerging and developing economies)*. À primeira vista ressalta imediatamente um aspecto que constitui uma clara novidade das últimas duas décadas face ao período de crescimento moderno: um enorme desvio entre as dinâmicas dos países ricos e pobres. O quadro 1 resume essa situação

Quadro 1. Diferencial de crescimento
(economias avançadas – em desenvolvimento)

	1951-50	1960-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000-09
Média	-0,51	0,53	-1,35	-0,87	-1,21	-4,16
Desv. Padrão	2,68	1,35	1,74	1,12	1,08	1,25

É fácil ver que o mundo não teve desde 1990 um crescimento muito diferente das décadas anteriores. Mas, enquanto anteriormente, ao longo de toda a segunda metade do século XX, essa média global era uma composição de dois valores bastante próximos, com um diferencial entre países avançados e em desenvolvimento sempre inferior a 1,5 pontos percentuais, nos últimos anos esse diferencial aumentou para quase o triplo, mesmo sem aumentar muito a volatilidade desse diferencial. Até a crise financeira de 2008 e 2009, que no gráfico aparece em previsão, não altera esta situação de divergência.

Deste modo, é possível paulatinamente avançar uma caracterização elementar do processo de globalização como aquele em que o conjunto dos países mais pobres atinge uma aceleração significativa em face dos ricos. Aliás, ignorando os dois últimos anos, isso acontece não porque os ricos estão a crescer significativamente abaixo do habitual, mas porque os países em desenvolvimento atingiram um impulso ímpar na história económica moderna.

O propósito deste trabalho é procurar, através de alguns simples exercícios empíricos, caracterizar esta mudança no processo de crescimento global, traçando um esboço do seu padrão regional.

É conveniente começar por alguns reparos metodológicos. Nos cálculos será usada a base de dados de Maddison (2009), que constitui o primeiro esforço de uma caracterização global a longo prazo do processo de crescimento mundial. Os dados incluem informação para 140 países de 1950 a 2006, sobre população e produto total, em dólares internacionais de 1990[1]. Esta escolha permite assim o uso de séries coerentes, abrangentes e detalhadas, incorporando a totalidade do planeta.

Embora a definição da globalização tenha sido apresentada com base na taxa de crescimento do produto total, o estudo que se segue faz três principais modificações a esta definição, no sentido de procurar uma caracterização mais adequada do processo de desenvolvimento a longo prazo.

Em primeiro lugar, o estudo do nível de vida exige que se leve em conta a evolução da população de cada país, razão pela qual se abandonou a velocidade do produto total, mais habitual nas análises comuns, para considerar a do produto *per capita*.

Uma segunda opção pretende eliminar a volatilidade do ciclo conjuntural tomando como indicador a taxa média anual de crescimento do quinquénio anterior. Deste modo se centra a atenção na dinâmica de fundo, tentando caracterizar o crescimento estrutural e eliminando flutuações de alta frequência.

Finalmente, para evitar a arbitrariedade da classificação nacional do FMI, utiliza-se um agrupamento mais neutro e objectivo. Assim, os conjuntos serão definidos pelos percentis da distribuição do produto *per capita*. Deste modo é a própria variável em estudo que permite a classificação, desde que se admita que o nível de produto *per capita* mede o nível de desenvolvimento, hipótese base deste estudo.

[1] As estimativas de paridades de poder de compra usam o método Geary-Khamis. Ver definição e comentários em Maddison (2007) p. 298.

A realização do estudo e a sua edição foram co-financiadas por:

Este livro corresponde ao primeiro de uma série de três obras e responde a uma proposta da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional junto dos seus associados para a realização de três estudos sobre temas importantes para o desenvolvimento regional em Portugal: um primeiro sobre os problemas emergentes para o desenvolvimento regional, outro sobre casos de desenvolvimento regional e um terceiro sobre modelos operacionais de desenvolvimento regional.

O objectivo desta primeira obra é responder a questões emergentes para a problemática do desenvolvimento regional em Portugal nomeadamente as que se relacionam com os impactos territoriais que resultam de alterações profundas no movimento de pessoas, de capital, de energia e de mercadorias estimuladas por fenómenos globais. O resultado é um desafio estruturado e fundamentado à reinvenção das políticas tradicionais de desenvolvimento regional; pelo público, pelos políticos, pelos técnicos e pelos cientistas.

APDR
Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Regional

OBSERVATÓRIO
DO QREN

www.principia.pt
ISBN 978-989-8131-77-5